

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA – IFSC
CÂMPUS GAROPABA

LETÍCIA DA SILVA BALBUENO

**PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE RECEPTORA DA PRAIA DO ROSA, IMBITUBA
(SC) BRASIL, SOBRE OS IMPACTOS DO TURISMO**

GAROPABA
2019

LETÍCIA DA SILVA BALBUENO

**Percepção da comunidade receptora da Praia do Rosa, Imbituba (SC) Brasil,
sobre os impactos do turismo**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do Instituto Federal de Santa Catarina, Campus Garopaba, para a obtenção do diploma de tecnóloga em Gestão Ambiental.

Orientadora: Micheline Sartori

GAROPABA
2019

Balbueno, Letícia da Silva
B173p Percepção da comunidade receptora da Praia do Rosa, Imbituba (SC)
Brasil, sobre os impactos do turismo/ Letícia da Silva Balbueno ;
orientadora: Micheline Sartori. -- 2019.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-Instituto Federal
de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, Garopaba, 2019.
Inclui bibliografias

1. Turismo. 2. Impactos do turismo. 3. Comunidade receptora. I.
Sartori, Micheline. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Santa Catarina – Curso Superior de Tecnologia em Gestão
Ambiental. IV. Título.

CDD 338.4791

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária
Elisandra Mariléa Quintino – CRB-14/998

PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE RECEPTORA DA PRAIA DO ROSA, IMBITUBA
(SC), BRASIL SOBRE OS IMPACTOS DO TURISMO.

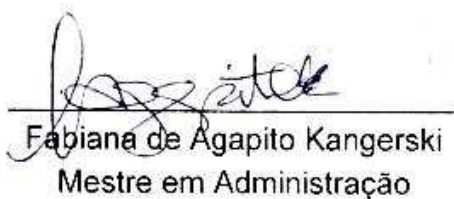
LETÍCIA DA SILVA BALBUENO

Este trabalho foi julgado adequado para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Ambiental e aprovado na sua forma final pela comissão avaliadora abaixo indicada.

Garopaba, 26 de novembro de 2019.



Micheline Sartori
Mestre em Turismo e Hotelaria



Fabiana de Agapito Kangerski
Mestre em Administração



Ícaro Coriolano Honório
Mestre em Gestão de Negócios Turísticos

AGRADECIMENTOS

Sou grata à minha família pelo incentivo, à todos os professores que fizeram parte da minha formação até aqui, à minha professora e orientadora pela paciência e engajamento e à todos os participantes desta pesquisa.

Percepção da comunidade receptora da Praia do Rosa, Imbituba (SC), Brasil sobre os impactos do turismo

Letícia da Silva Balbuena¹; Micheline Sartori²

Resumo

A Praia do Rosa além de pertencer a Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, é reconhecida mundialmente e tem representatividade turística na região. Sabendo que o turismo pode causar impactos tanto positivos quanto negativos no ambiente, é fundamental registrar a percepção da comunidade receptora sobre esses impactos, para que seja possível obter dados que possam auxiliar no planejamento turístico sustentável. Desta maneira, o presente estudo objetivou analisar a percepção da comunidade receptora sobre os impactos advindos da atividade turística na Praia do Rosa em Imbituba-SC. Nesta pesquisa caracterizada como exploratória e de campo, utilizou-se de amostra não probabilística por tipicidade para a definição dos grupos entrevistados, baseando-se na representatividade do cargo ou da liderança comunitária na região da qual se entende como Praia do Rosa. Entre os principais resultados obtidos com a pesquisa destaca-se que apesar dos apontamentos negativos quanto aos impactos gerados pelo turismo, a comunidade receptora percebe a relevância que a atividade representa para o desenvolvimento econômico local e foi possível ainda registrar a percepção dos entrevistados quanto à necessidade de melhorias no planejamento para que o turismo ocorra de maneira sustentável.

Palavras-chave:

Turismo;
Impactos do turismo;
Comunidade receptora

Abstract

Praia do Rosa Beach, besides being part of the Franca Whale Environmental Protection Area, is recognized worldwide and has a representation tourist in the region. Knowing that tourism can have positive and negative impacts on the environment, it's essential to record the perception of the receiving community about these impacts, so that data can be obtained that can assist in sustainable tourism planning. Thus, the present study aimed to analyze the perception of the receiving community about the impacts arising from the tourist activity in Praia do Rosa Beach in Imbituba-SC. This research characterized as exploratory and field, used non-probabilistic sample by typicity for the definition of interviewed groups, based on the representativeness of the position or community leadership in the region of which it is understood as Praia do Rosa. Among the main results obtained from the research, it is noteworthy that despite the negative notes on the socio-environmental impacts generated by tourism, the receiving community realizes the relevance that the activity represents for local economic development and it was also possible to register the perception of respondents regarding need for improvements in planning for tourism to occur in a sustainable manner.

Keywords

Tourism;
Tourism impacts;
Receiving community

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), Garopaba, Brasil.

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), Garopaba, Brasil.

Resumen

Praia do Rosa, además de pertenecer a una Área de Protección Ambiental de la Ballena Franca, es reconocida mundialmente y tiene representatividad turística en la región. Sabiendo que el turismo podría causar impactos tanto positivos como negativos en el ambiente, es fundamental registrar la percepción de la comunidad receptora sobre esos impactos, para que sea posible obtener datos que puedan auxiliar en el planeamiento turístico sustentable. De esta manera, el presente estudio tiene como objetivo analizar la percepción de la comunidad receptora sobre los impactos provenientes de la actividad turística en Praia do Rosa - Imbituba-SC. En esta investigación caracterizada como exploratoria y de campo, se utilizó muestra no probabilística por tipicidad para la definición de los grupos entrevistados, basada en la representatividad del puesto o liderazgo comunitario en la región de lo que se entiende como Praia do Rosa. Entre los principales resultados obtenidos en las investigaciones se destaca que a pesar de los puntos negativos en cuanto a los impactos socio ambientales generados por el turismo, la comunidad receptora percibe la relevancia que la actividad representa para el desenvolvimiento económico local y fue posible también registrar la percepción de los entrevistados sobre la necesidad de mejoras en el planeamiento para que el turismo ocurra de manera sustentable.

Palavras clave:

Turismo;

Impactos del turismo;

Comunidad receptora

Trabalho de Conclusão de Curso redigido em formato de artigo para submissão para a Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. Normas da revista em anexo A.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	9
2 TURISMO, ALGUMAS DEFINIÇÕES	10
3 IMPACTOS DO TURISMO.....	11
4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO	14
5 METODOLOGIA	16
6 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	17
7 ANÁLISE DOS RESULTADOS	19
7.1 Percepções sobre impactos do turismo na região da Praia do Rosa	20
7.1.1 Percepções sobre os impactos ambientais	22
7.1.2 Percepções sobre os impactos socioculturais	25
7.1.3 Percepções sobre os impactos socioeconômicos	28
7.2 Percepções sobre o desenvolvimento turístico	30
7.3 Percepções sobre as propostas de gerenciamento e ações ambientais.....	32
8 CONCLUSÃO	33
REFERÊNCIAS.....	35
ANEXO A - Regras de submissão da Revista Brasileira e Pesquisa em Turismo (RBTUR).....	39

1 INTRODUÇÃO

A Praia do Rosa pertence ao bairro Ibiraquera, na cidade de Imbituba e está localizada no litoral sul de Santa Catarina, é classificada como uma das mais belas baías do mundo, sendo a única representante brasileira desta lista (WORLD BAYS, 2018). Seus atrativos naturais possibilitam o desenvolvimento de atividades turísticas relacionadas ao ecoturismo, turismo de experiência, turismo de observação dentre outros que fazem parte do conjunto turismo de natureza. Além disso, a praia pertence à Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (APABF)³ e em baixa temporada a região tem como atrativo turístico além do *Surf*, a visita da *Eubalaena australis* (baleia-franca-austral) que utiliza as enseadas para parir e amamentar seus filhotes.

Na temporada de verão, identifica-se um crescimento do fluxo de turistas nacionais e internacionais em Imbituba e é importante destacar a representatividade desse aumento para a economia do estado (FECOMÉRCIO, 2019). Executando um papel fundamental na atividade socioeconômica local, o turismo gera emprego e renda na Praia do Rosa. Entretanto, se mal planejada, essa atividade, devido à interferência humana, pode causar impactos negativos no ambiente do núcleo receptor, gerando a degradação do meio ambiente e conseqüentemente a diminuição da procura pelo destino em questão (OLIVEIRA, 2008).

Sabendo que atividade turística produz impactos, tanto positivos quanto negativos, é fundamental observar a percepção que a comunidade receptora tem sobre esses impactos. Assim, pode-se identificar quais aspectos devem ser aprimorados ou minimizados a fim de facilitar o planejamento sustentável no desenvolvimento turístico. Sendo assim, o estudo teve como objetivo geral analisar a percepção da comunidade receptora sobre os impactos advindos da atividade turística na Praia do Rosa em Imbituba-SC. Para tanto, definiu-se como objetivos específicos: caracterizar a área de estudo e mapear os limites da Praia do Rosa; identificar a percepção dos moradores, poder público e prestadores de serviço locais quanto aos impactos do turismo; discutir ações ambientais aplicadas localmente em

³ Protege em águas brasileiras a baleia franca austral (*Eubalena Australis*), além de ordenar e garantir o uso racional dos recursos naturais da região, ordenar a ocupação e utilização do solo e das águas, ordenar o uso turístico e recreativo, as atividades de pesquisa e o tráfego local de embarcações e aeronaves (BRASIL, 2000).

decorrência do turismo na Praia do Rosa, SC, na visão da comunidade receptora. Nessa perspectiva, foram aplicadas entrevistas, visando levantar informações relevantes ao estudo. Por fim, foi feita uma análise sobre a percepção dos entrevistados quanto aos impactos advindos da atividade turística na Praia do Rosa, SC.

2 TURISMO, ALGUMAS DEFINIÇÕES

O deslocamento de pessoas pelo espaço geográfico para fins de lazer e descanso existe desde épocas remotas (KEMP; SILVA, 2008). Atualmente o conceito mais adequado segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT) é:

“O turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (OMT 1994 *apud* SANCHO, 2001 p.38).

É possível ainda, definir turismo como toda atividade exercida pela movimentação do turista de sua residência para o local escolhido como destino e a motivação do deslocamento pode ser variada, como a busca por lazer, a participação em eventos, casos de saúde, negócios, assuntos religiosos e outros. A permanência do turista no seu destino turístico deve ser por um determinado período, sendo este inferior a um ano (SANCHO, 2001).

Com o objetivo de orientar o processo de desenvolvimento turístico de cada Unidade Federada, região ou município, o modelo de gestão descentralizada do turismo foi implantado no Brasil. Com ele, as destinações turísticas buscam suas próprias alternativas de desenvolvimento, baseando-se nas suas particularidades. Assim, pode-se construir um ambiente com sinergia entre todas as partes, poder público, iniciativa privada, terceiro setor e comunidade (BRASIL, 2007).

O conjunto de organizações que atuam como um sistema, impactando no mercado e na experiência do turista, é chamado de cadeia produtiva do turismo (SEBRAE, 2008).

“De acordo com os especialistas, o turismo é uma atividade econômica que interage com 52 outras atividades produtivas da economia, constituindo, portanto, uma malha ampla e complexa de encadeamento” (SEBRAE, 2008 p. 11).

O turista, a empresa, o poder público e a comunidade receptora são elementos cruciais para o turismo. O turista executa o papel de cliente em busca de experiências na sua estadia. A empresa, visando o lucro, cria produtos e serviços a fim de atender as necessidades do turista. O governo, por sua vez, pode utilizar o turismo como estratégia para ativar a economia local. A comunidade receptora compreende o turismo como ferramenta para o aumento do mercado de trabalho (TADINI; MELQUIADES, 2010).

3 IMPACTOS DO TURISMO

Os efeitos causados pela atividade turística na comunidade receptora podem ser conceituados como impactos do turismo. Os impactos causados ao meio podem ser verificados nos níveis: ambiental, social, econômico e cultural, sendo então, classificados como “positivos” ou “negativos”. Para minimizar os custos e maximizar os benefícios sociais é necessária a identificação da natureza dos impactos (OLIVEIRA, 2008). Sendo positivo, o impacto é capaz de ampliar a qualidade de vida da comunidade receptora, incentivando a melhoria contínua da oferta turística e como consequência, resultando no aumento da procura do destino pelos turistas. Já o negativo, converte-se em alterações prejudiciais do meio em questão, podendo gerar o efeito contrário do citado anteriormente (FECOMÉRCIO, 2019).

Com o aumento do fluxo de pessoas no destino turístico, ocorre o uso exacerbado dos recursos hídricos, seja por piscinas em meios de hospedagem ou para uso particular, conseqüentemente resultando na saturação da rede de esgoto. A necessidade de construções de empreendimentos para atender a demanda turística pode causar supressão da vegetação nativa. A energia, a alimentação e outros recursos normalmente gerados apenas para atender a população local, podem sofrer pressão por conta do aumento sazonal de pessoas no ambiente gerando impactos negativos. (OLIVEIRA, 2008).

Entre as conseqüências negativas do turismo ao meio natural, segundo Sancho (2001), pode-se citar ainda:

- Poluição arquitetônica, na qual observamos construções fora do contexto da paisagem, causando a descaracterização da região;
- Dificuldade com a coleta, armazenamento e destinação adequada dos resíduos sólidos;
- Congestionamentos gerados pelo grande número de automóveis no local;
- Erosão do solo, entre outros.

Entretanto, é importante salientar que os impactos negativos podem ser mitigados quando se tem um planejamento adequado da atividade turística:

“(…) é possível minimizar esses efeitos conflitantes mediante a integração da política de desenvolvimento turístico com a estratégia geral de desenvolvimento” (OLIVEIRA, 2008, p.31).

Os impactos causados ao meio ambiente também geram consequências positivas. O turismo em meio natural tem incentivado a criação de programas de proteção e conservação da natureza.

Quadro 1: Impactos do turismo

Positivos	Negativos
Incentivo à criação de programas de proteção e conservação da natureza.	Aumento da geração de resíduos e/ou descarte inadequado do mesmo.
Criação de Parques Nacionais.	Desmatamento.
Criação de ONGs de preservação.	Compactação de áreas úmidas.
Aumento de empregos relacionados a área ambiental.	Pisoteamento da vegetação causado pelo tráfego intenso de turistas nas trilhas.
	Poluição visual, descaracterização da paisagem.
	Saturação da rede de esgoto, despejo do esgoto no mar.

Fonte: Adaptado de Oliveira (2008).

Além de alertar as comunidades para a necessidade da preservação do meio ambiente, o turismo em ambientes naturais pode servir como fonte de financiamento para a conservação da biodiversidade, justificar economicamente a proteção de áreas com potencial gerador de receitas, e ser uma alternativa aos moradores para geração de renda, diminuindo a exploração excessiva de recursos naturais. O fluxo de turistas em destinos naturais também impacta positivamente pela pressão que

exerce ao poder público para que sejam adotadas medidas de planejamento e proteção ambiental (BASTOS *et al.*, 2010).

“Como o turismo baseia-se no aproveitamento e na fruição do patrimônio natural e cultural, tem-se uma condição privilegiada para que haja um interesse na sua proteção por parte dos protagonistas dessa atividade” (BASTOS *et al.*, 2010, p. 19).

Expandindo o fluxo de pessoas no destino turístico, cria-se uma necessidade do aumento da prestação serviços, gerando empregos e renda na região. Esse pode ser considerado um impacto positivo do turismo no setor econômico. Entretanto, é importante considerar que tal movimento pode resultar na migração de trabalhadores do setor primário, como pesca e agricultura, para o setor de serviços, causando um impacto social na comunidade (OLIVEIRA, 2008).

É importante ressaltar que nos países em desenvolvimento, o turismo está entre as maiores e mais importantes atividades econômicas do mundo. Além disso, essa atividade pode gerar renda não só para os diferentes grupos abrangidos pelo turismo, mas também para as comunidades receptoras (BASTOS *et al.*, 2010).

O turismo serve como ferramenta para o desenvolvimento econômico, e suas atividades representam uma ótima oportunidade de investimento. Entretanto, o planejamento adequado da atividade turística é imprescindível para que não sejam esgotados os recursos naturais e culturais da região, tornando assim, a atividade sustentável, garantindo benefícios econômicos não só a curto, mas também a médio e a longo prazo (BARBOSA, 2002).

Atendendo as necessidades dos turistas, a comunidade receptora pode sofrer algumas alterações na sua configuração original. Nas cidades litorâneas como Imbituba - SC, a demanda turística tem um aumento expressivo no verão e essa sazonalidade, como cita Sampaio (2007), pode expor os moradores locais ao desemprego nos demais meses do ano, além de causar a diminuição ou extinção de atividades tradicionais como a pesca artesanal.

Os impactos do turismo podem ser gerados em função das construções de empreendimentos turísticos e pelo contato de moradores com pessoas de outras localidades do país ou do exterior, ocasionando trocas culturais expressivas (OLIVEIRA, 2008). Mesmo que ocorra uma interdependência entre turistas e moradores, muitas vezes os visitantes não se atentam sobre o seu grau de

interferência no local escolhido como destino. A procura do turista pelo artesanato local, incentiva a comunidade a resgatar a produção de objetos que não eram mais confeccionados. Ocorre o mesmo com manifestações tradicionais, que são executadas a fim de que o turista aprecie a cultura regional. Já o patrimônio histórico pode sofrer impactos negativos oriundos do vandalismo e da depredação. Contudo, monumentos históricos ganham maior atenção do poder público e de empresários, para que sejam preservados e reparados (BALDISSERA; BAHL, 2012).

4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO

Estudos continuam em andamento para que seja possível definir qual o conceito mais adequado para o termo “desenvolvimento sustentável”. Para Hanai (2012, *apud* LÉLÉ, 1991) o desenvolvimento sustentável se caracteriza na busca por algumas exigências como: satisfazer necessidades básicas do ser humano, buscar equidade social e justiça, fornecer autonomia social e diversidade cultural, manter a integridade ecológica além de integrar a conservação e o desenvolvimento.

“A sustentabilidade, quando relacionada ao termo desenvolvimento, significa a racionalização do uso, a conservação e a proteção adequada dos recursos do patrimônio natural, ambiental e cultural, em harmonia com a sobrevivência humana e o bem-estar social, não apenas na atualidade, mas principalmente visando às gerações futuras” (BASTOS *et al.*, 2010 p.814).

O desenvolvimento sustentável não se restringe ao gerenciamento dos recursos naturais e a proteção do meio natural. Esse tipo de desenvolvimento visa melhorar as condições da vida da população humana utilizando estratégias para fomentar o crescimento econômico sem desprezar a preservação de sistemas ecológicos dos quais toda a vida humana depende (FEIL; SCHREIBER, 2017).

A relação entre turismo e meio ambiente é cada vez evidente, visto que os recursos naturais atuam como base para a atividade turística. Conforme esclarece Barbosa (2008), sustentabilidade baseia-se em identificar meios onde seja possível consumir os recursos existentes de maneira coesiva, economicamente e ecologicamente viável. O planejamento da atividade turística é imprescindível para que haja o desenvolvimento sustentável na região em questão. O processo de planejamento deve considerar algumas etapas, dentre elas: a) inventariação de toda

oferta turística; b) reuniões com a comunidade afetada pelo desenvolvimento da atividade; c) análise dos impactos que a atividade possa gerar na destinação (BARBOSA, 2008). Com isso, surge o conceito de “Turismo Sustentável” e a Organização Mundial do Turismo o define como:

“Turismo que leva em consideração seus impactos econômicos, sociais e ambientais atuais e futuros, atendendo às necessidades dos visitantes, da indústria, do meio ambiente e das comunidades anfitriãs (UNWTO, 2019)”.

Sem o planejamento da atividade turística pode ocorrer o uso indevido dos recursos, levando ao desperdício do mesmo, desequilibrando o meio, tanto economicamente, como ambientalmente e socialmente. É evidente a necessidade das melhorias no planejamento sustentável do turismo para que se mantenha um crescimento saudável da atividade turística. A adoção de práticas sustentáveis deve resultar em experiências satisfatórias aos turistas, tornando-os mais conscientes quanto aos impactos causados ao meio natural e cultural, escolhido por eles como destino turístico. Tais medidas os tornarão ainda, mais exigentes quanto ao planejamento turístico e à melhoria quanto ao uso de recursos naturais (OLIVEIRA; ROSSETTO, 2013 *apud* PnuMA; OMT, 2005).

Observando a lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental:

“Art. 1º. Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”.

Considerando essa definição de educação ambiental, entende-se que ela pode servir como uma ferramenta que auxilia no planejamento turístico sustentável:

“Apenas a educação ambiental possibilitará, com base em uma formação processual, constante e integral, que cada ser humano aprenda a viver em sociedade e a se comportar respeitosamente, observando regras e normas que visem à ética dos usos e costumes que emanam de cada localidade turística” (BASTOS *et al.*, 2010; p. 310).

A educação ambiental por ser essencial para a conservação do meio ambiente dos destinos turísticos deve ser aplicada tanto aos residentes locais quanto aos turistas (AZEVEDO 2014 apud BENI, 2002).

5 METODOLOGIA

O presente estudo buscou proporcionar a familiarização com o problema, envolvendo interesses locais, a pesquisa caracteriza-se como exploratória e de campo (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Sendo assim, foi feita uma amostra não probabilística por tipicidade, pois a definição dos grupos abordados baseou-se na representatividade do cargo ou da liderança comunitária na região da qual se entende como Praia do Rosa. Um dos métodos utilizado foi o qualitativo, por meio de questionários aplicados à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Imbituba (SEDETUR), ao Núcleo de Turismo (ACIM) Praia do Rosa, à Associação de Guias e Condutores Ambientais e à Associação de Pescadores. Ao Conselho Comunitário de Ibiraquera foi feito um levantamento de dados que podem ser quantificados, tornando a pesquisa também de caráter quantitativo (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Buscando o registro da percepção da comunidade receptora da Praia do Rosa sobre os impactos gerados pela atividade turística na região, este estudo utilizou como ferramenta para a coleta de dados quatro entrevistas semiestruturadas e nove entrevistas estruturadas. Autores como Ferreira (2005); e Oliveira (2008) publicaram estudos relevantes ao tema da pesquisa. Tendo isso em vista, parte dos dados obtidos por eles foram utilizados como base para a elaboração das questões das entrevistas. As questões foram previamente elaboradas, levando em consideração assuntos principais relacionados ao tema do estudo, tais como: resíduos sólidos, saneamento básico, estratégias para minimizar impactos negativos e potencializar impactos positivos.

A escolha dos entrevistados baseou-se na representatividade do cargo ou da liderança comunitária. Posto isto, a SEDETUR é responsável por buscar a promoção do desenvolvimento turístico na região (IMBITUBA, 2019). O Núcleo de Turismo (ACIM) Praia do Rosa, segundo consta no *site* do mesmo, tem como objetivo unir a classe empresarial, visando a divulgação e fortalecimento da Praia do Rosa como destino turístico sustentável. Já a Associação de Guias e Condutores Ambientais,

considerando os ambientes naturais em que trabalham frequentemente, detém conhecimento prático da atividade turística na região correspondente à Praia do Rosa. A Associação de Pescadores representa a esfera da comunidade tradicional. Além disso, o representante da Associação executa uma atividade que depende diretamente do contato com os ambientes naturais, que servem como atrativo turístico. O Conselho Comunitário de Ibiraquera (CCI) por sua vez, é composto por moradores que organizam reuniões, visando acompanhar as questões políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais da região.

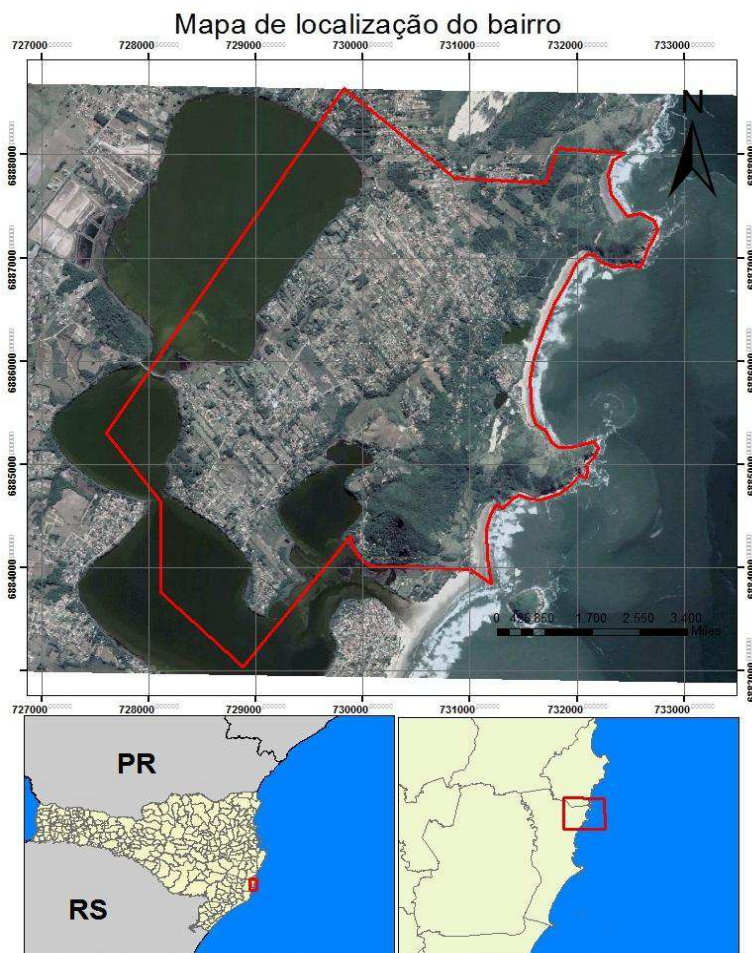
No CCI, a coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas compostas por 22 questões fechadas, que foram aplicadas à presidente do CCI e mais 8 membros, indicados pela mesma como membros mais ativos na comunidade atualmente. Destes, 5 membros não tinham disponibilidade para serem entrevistados pessoalmente, no entanto, o formulário fechado possibilitou que a entrevista ocorresse virtualmente, com o auxílio de aplicativo para troca de mensagens instantâneas para sanar as dúvidas quanto as questões. O formulário com questões fechadas serviu como ferramenta para identificar a percepção de cada membro sobre os impactos do turismo na Praia do Rosa. Entretanto, para analisar a percepção geral do CCI as respostas foram apresentadas em forma de percentual preservando a identidade de cada um.

As perguntas destinadas ao poder público e as demais representantes de associações foram abertas e realizadas presencialmente, possibilitando assim, o acréscimo de alguma informação alinhada ao objetivo da pesquisa. Além disso, é importante salientar que as questões das entrevistas semiestruturadas foram adaptadas previamente, visando direcionar adequadamente a entrevista a cada grupo. Visando caracterizar a área de estudo, buscou-se ainda, em entrevista com a líder comunitária, levantar informações que possibilitassem a delimitação da área compreendida como “Praia do Rosa”, utilizando imagens de satélite do bairro Ibiraquera como base para estabelecer os limites territoriais.

6 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A Praia do Rosa é uma baía que pertence ao bairro Ibiraquera, inserida no município de Imbituba, a localidade faz parte da região turística “Encantos do Sul”

(IMBITUBA, 2019). Está a aproximadamente 90 quilômetros ao sul de Florianópolis - SC, e possui 1,8 quilômetros de faixa de areia entre um costão e outro. Abaixo o mapa de localização do bairro no qual a Praia do Rosa está inserida:



Fonte: (GONÇALVES, 2018).

Em entrevista aplicada no dia 21 de outubro de 2019, a líder comunitária relatou que a praia era conhecida inicialmente como “Praia do Porto Novo”. Então, por volta da década de 70, a família “Vicente Rosa”, que residia pelo local, passou a se referir a praia como “Praia do Rosa”. Após isso, os visitantes que passavam pela região aderiram ao nome. Atualmente esse nome é reconhecido mundialmente. A Praia do Rosa pertence ao bioma Mata Atlântica que é protegido pela Lei nº 11.428/2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.660/2008 além de fazer parte da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, criada pelo decreto federal s/nº em 14 de setembro de 2000. O ecossistema no qual o ambiente do estudo está inserido é o de restinga e executa um papel importante na conservação da biodiversidade local.

As extremidades Norte e Sul são constituídas por costões rochosos, possuindo piscinas naturais. O ambiente conta com a presença de uma laguna, que além de desempenhar um papel fundamental para o equilíbrio do ecossistema, serve ainda como atrativo para prática de esportes aquáticos, como o *stand up paddle*⁴ entre outros, incentivando o turismo ecológico.

Atualmente a Praia do Rosa é reconhecida como uma das mais belas baías do planeta e já foi citada pelo jornal inglês “*The Guardian*” como “um dos sete paraísos escondidos do mundo” (*WORLD BAYS*, 2018). Além das trilhas que conectam o centrinho⁵ à faixa de areia, existem trilhas que levam à praias vizinhas. O destino também é procurado por surfistas, por ser uma praia com presença de ondulações que possibilitam a prática do esporte. Entre os empreendimentos situados nas proximidades da praia, encontram-se pousadas, restaurantes, lojas, bares, casas noturnas, e na temporada, período de dezembro a março, quiosques são montados na faixa de areia.

7 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os membros do Conselho Comunitário de Ibraquera discutem, analisam e planejam soluções comunitárias. Sabendo disso, buscou-se levantar a percepção da presidente do Conselho e dos 8 membros indicados pela mesma como membros mais ativos na comunidade, sobre os impactos gerados pelo turismo na Praia do Rosa. Por meio das entrevistas, observou-se que os membros apontados como mais ativos na comunidade fazem parte da mesma há um período considerável, como mostra a tabela 1.

Tabela 1: Período em que os entrevistados fazem parte como membros do CCI

Período	Nº de entrevistados	Percentual da amostra
Menos de 1 ano	-	-

⁴ Esporte no qual o praticante equilibra-se em uma prancha flutuante, utilizando remos para mover-se sobre as águas de rios, mares ou lagoas (*AZEVEDO et al.*, 2017).

⁵ Centro Comercial da Praia do Rosa, conhecido popularmente como centrinho.

Mais de 2 anos	1	11,1%
Mais de 5 anos	-	-
Mais de 10 anos	4	44,4%
Desde sua criação	4	44,4%

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Com isso percebe-se que 88,8% dos entrevistados são membros do Conselho Comunitário de Ibiraquera por um período maior que dez anos, demonstrando assim grande probabilidade de ter conhecimento relevante aos assuntos referentes às questões abordadas no estudo.

Além disso, visando caracterizar a área de estudo, conforme o trabalho de reambulação em campo, com líder comunitária, buscou-se levantar dados que auxiliassem na elaboração de um mapa territorial da Praia do Rosa enquanto comunidade do município de Imbituba vinculada ao bairro de Ibiraquera. Entretanto, no processo de levantamento das informações percebeu-se que essa delimitação não é incentivada pela comunidade. Em entrevista com a representante comunitária local foi exposto que a delimitação territorial da Praia do Rosa, na sua visão, seria prejudicial à comunidade. Além disso, a mesma aponta que a Praia do Rosa consiste apenas na faixa de areia e seus costões rochosos.

Esse processo identificou ainda que alguns empreendimentos que se autodenominam como situados na Praia do Rosa, na realidade estão fora da área. Esse fato ocorre, pois muitos empreendimentos utilizam o nome “Praia do Rosa” para divulgar seu negócio, já que se trata de um nome de reconhecimento mundial. Portanto, esse estudo trouxe ainda como resultado a identificação da necessidade de pertencimento à Praia do Rosa que a comunidade tem, considerando a força dessa imagem diante da sociedade. Com isso, adotou-se a faixa de areia, seus costões rochosos e as ruas próximas da praia para a delimitação da área de abrangência do estudo.

7.1 Percepções sobre impactos do turismo na região da Praia do Rosa

Visando contextualizar o assunto e registrar qual o conceito de impacto compreendido por cada entrevistado, questionou-se qual a visão que se tem sobre o impacto do turismo na região.

Conforme apontado em entrevista aplicada dia 27 de setembro de 2019, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Imituba (SEDETUR) acredita que em função do desenvolvimento urbanístico da área de estudo ter ocorrido antes do surgimento de leis de proteção ambiental, na sua visão os impactos são negativos em relação à mobilidade urbana e acessibilidade. No entanto, percebe também impactos positivos gerados pelo turismo no que diz respeito ao crescimento do município e na visibilidade que a Praia do Rosa tem mundialmente, fazendo com que a cidade seja reconhecida a nível nacional e internacional.

A representante do Núcleo de Turismo ACIM Praia do Rosa, entrevistada no dia 26 de setembro de 2019, aponta que o núcleo compreende como impactos negativos gerados pelo turismo principalmente aspectos como: a geração de resíduos sólidos e as construções irregulares. Ademais, expõe que na sua visão há necessidade de melhorar a fiscalização dos meios de hospedagem existentes para que se possibilite uma maior visibilidade da região aos olhos do Poder Público:

“(...) as pessoas não têm essa consciência, vem pra cá, constroem de qualquer jeito, em qualquer lugar, ocupam muito mais do que a área permitida para o terreno, para a construção, não pensam em estacionamento, não pensam no impacto que a construção deles vai ter no ambiente e isso vira uma bola de neve. Aí reclama da coleta de lixo, reclama da falta d’água, reclama da falta de energia, porque não tem como tu dimensionar. Não tem dados oficiais para dimensionar isso e nem para requerer isso na Prefeitura, porque os números declarados oficiais, legais, não são esses, não condizem com a realidade”.

Considerando as iniciativas privadas para a criação de projetos locais que auxiliam na educação ambiental e no planejamento turístico, a entrevistada expõe que na sua percepção esse movimento gera um impacto positivo do turismo na região.

O presidente dos Guias e Condutores ambientais, entrevistado no dia 27 de setembro de 2019, representando a Associação, expõe que na sua visão os impactos do turismo são muito mais expressivos no que diz respeito à construção civil e acabam interferindo na beleza cênica local:

“(...) o turista vem pra cá justamente por conta deste atrativo natural desta beleza cênica, que aos poucos vai sendo destruída vai sendo substituída por construções (...)”.

Ademais, complementa dizendo que ainda não identifica impactos ambientais positivos que sejam gerados pelo turismo.

Em entrevista aplicada no dia 1 de outubro de 2019, o presidente da Associação de Pescadores da Praia do Rosa apresenta certo descontentamento ao falar sobre os impactos do turismo na região. Nas suas palavras:

“Tem duas situações do turismo na nossa comunidade, uma minoria que vem para fazer as trilhas, curtir a beleza natural e aproveitar as belezas e a cultura local, uma minoria. E tem a maioria do turismo em massa, que vem para balada, que não tão nem aí, vão pra lá beber, encher os cornos de droga, depois sai fazendo cavalo de pau nos quebra-molas, derrubando poste na nossa comunidade. Então assim, é dramática a situação da Praia do Rosa do turismo desenfreado que tá aqui”.

Pôde-se observar um aborrecimento do entrevistado quanto ao turismo em massa observado pelo mesmo.

7.1.1 Percepções sobre os impactos ambientais

Buscando levantar a percepção dos entrevistados sobre a sua visão quanto aos impactos ambientais, foi questionado a SEDETUR sobre como ocorre a coleta e a gestão dos resíduos gerados tanto na faixa de areia, quanto na região conhecida popularmente como centrinho do Rosa. A secretária expôs que o trabalho é feito pela iniciativa privada, assim como a instalação de lixeiras na beira da praia. A representante da iniciativa privada (ACIM) reforça essa afirmação quando fala sobre as ações executadas pelo Núcleo para o gerenciamento dos resíduos da área entendida como Praia do Rosa:

“(...) como é deficitário a coleta do lixo seletivo da prefeitura, a gente ajuda com catadores particulares, faz as campanhas, recebe esse lixo no posto quando está separado, limpo, sem estar misturado com orgânico, a gente destina corretamente”.

A Associação de Guias e Condutores Ambientais aponta que na temporada percebe-se um expressivo aumento na quantidade de resíduos sólidos encontrados nas trilhas da Praia do Rosa:

“Como no verão aumenta muito o fluxo de turistas e a maioria dos turistas fazem essas trilhas de forma autoguiada, não tem esse controle e aí a gente percebe que aumenta realmente os resíduos nas trilhas”.

Essa fala confirma a sazonalidade do turismo na região, além de salientar a relevância da atividade do condutor ambiental nas trilhas locais para tornar possível um modelo de turismo sustentável.

A Associação de Pescadores afirma que semanalmente eles mesmos recolhem os resíduos na beira da praia. Acrescenta ainda que os resíduos descartados de maneira inadequada geram um impacto negativo para a pesca artesanal.

“(...) tem muitos que vão, a sua bituca de cigarro, a sua lata de cerveja, a sua garrafa e jogam na praia. Então é lamentável isso que tá aí, o impacto pra pesca é muito triste. Os pescadores vão tarrafejar na praia de madrugada ou de noite, até garrafa eles trazem na tarrafa”.

O entrevistado deixa claro, que na sua visão, os turistas que frequentam as casas noturnas e conveniências situadas na região, apesar de movimentar a economia local, acabam descartando muitos resíduos sólidos de maneira inadequada, além de causar poluição sonora, prejudicando o meio ambiente e interferindo na qualidade de vida dos moradores locais. Ainda sobre a questão dos resíduos sólidos, o presidente da Associação de Pescadores discorre sobre sua visão quanto a geração de resíduos sólidos na virada de ano:

“Foi tirado quase uma caçamba de garrafa na Virada Mágica de dentro da água. Então isso é o turismo sustentável que tá ali? Não é. Isso é um turismo predador que tá ali na Praia do Rosa”.

Tal opinião demonstra descontentamento quanto ao gerenciamento de resíduos na beira da praia e insatisfação quanto ao planejamento de grandes eventos, como a aglomeração de pessoas na beira da praia que ocorre na virada de

ano. É possível perceber o descontentamento do Presidente da Associação, não só como representante da mesma, mas também como morador local.

Sabendo do aumento do fluxo de turistas durante alguns meses do ano e entendendo a relevância de um saneamento básico adequado para atender a demanda sazonal do turismo preservando o meio ambiente, foi questionado aos entrevistados quanto a sua visão a respeito do assunto. A Secretária de Turismo e Desenvolvimento Econômico preferiu não se pronunciar, pois afirma que o tema não é correspondente a sua pasta. Os demais entrevistados, conforme sua visão, apontam não existir saneamento básico adequado. Nas palavras da representante da ACIM:

“Não existe saneamento. Não tem a exigência para que todas as construções tenham a fossa séptica que seja uma fossa lacrada, e se tem, não tem fiscalização... as multas são muito baixas”.

Novamente a representante da iniciativa privada demonstra insatisfação quanto à fiscalização das leis. Pode-se entender com isso, que na sua percepção o gerenciamento advindo dos meios competentes para tal são insuficientes para se atender a demanda turística, interferindo assim no planejamento de um turismo sustentável na região.

Os guias e condutores ambientais têm contato direto com os turistas, sabendo disso foi questionado ao presidente da Associação quanto a sua visão sobre a percepção do turista em relação ao meio ambiente. Ele discorreu sobre a sua visão quanto o perfil do turista recebido na região, afirmando que as pessoas que contratam os serviços ofertados por guias e condutores ambientais geralmente já têm certa consciência sobre a preservação da natureza. Entretanto, aponta que alguns condutores trabalham em parceria com pousadas e que o perfil de hóspede atendido nesses casos necessita ser conquistado. Seguindo o assunto, o presidente da Associação fala sobre o perfil do turista recebido na região. Na percepção do mesmo, atualmente o turismo ocorre no modelo de veraneio e resulta em impactos negativos. Nas suas palavras:

“(...) é o perfil do turista que tem uma casa aqui ou que constrói, fica na beira da praia, ele não circula na cidade, e portanto, também não circula nos atrativos naturais, então ele não tem essa relação com o meio ambiente. Tanto é que esse tipo de turismo acaba fazendo com que cresça a

especulação imobiliária e aumente o impacto na nossa beleza cênica, nos nossos recursos naturais”.

Quando questionados sobre os impactos do turismo na questão ambiental, o Conselho Comunitário de Ibiraguera apresenta a seguinte visão:



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

O mesmo resultado foi encontrado quando questionados sobre a conservação da vegetação nativa. Sobre a conscientização ambiental da comunidade local, 66,7% acredita que o turismo impacta negativamente, já 33,3% percebe que o turismo impacta positivamente. Todos os entrevistados acreditam que o turismo impacta negativamente quando se trata da geração de resíduos sólidos, na descaracterização da paisagem local e no saneamento básico.

7.1.2 Percepções sobre os impactos socioculturais

Para registrar a visão dos grupos sobre os impactos aos atrativos culturais, foi questionado à respeito da percepção sobre a existência de iniciativas que estimulem a conservação e a valorização de tais atrativos.

A SEDETUR afirma ter uma parceria com a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte de Imbituba e segundo a mesma, planejam eventos que ocorrem no município. Ela não citou exemplos. Entretanto, especificamente na região correspondente a Praia do Rosa, sob a visão da Secretária, atualmente não existe nenhuma iniciativa pública que seja de seu conhecimento.

A representante do Núcleo de Turismo ACIM Praia do Rosa afirma que o Núcleo participa da organização de eventos gastronômicos onde são apresentados pratos típicos da região como a tainha, a farinha de mandioca e a banana. A mesma aproveitou o assunto ainda para demonstrar sua visão quanto a relevância do turismo de base comunitária para a valorização da cultura local:

“Falta um turismo de base comunitária que poderia ser mais desenvolvido, a Rota da Baleia Franca tentou trabalhar nisso, ainda não conseguiu compor efetivamente um produto, por conta da baleia que vem pra cá de julho a outubro. Então aliado a isso, eles tentaram desenvolver um turismo de base comunitária, para valorizar essas tradições. Mas isso é um trabalho longo né, está acontecendo desde 2015, ainda tem uma caminhada pela frente para conseguir envolver as pessoas”.

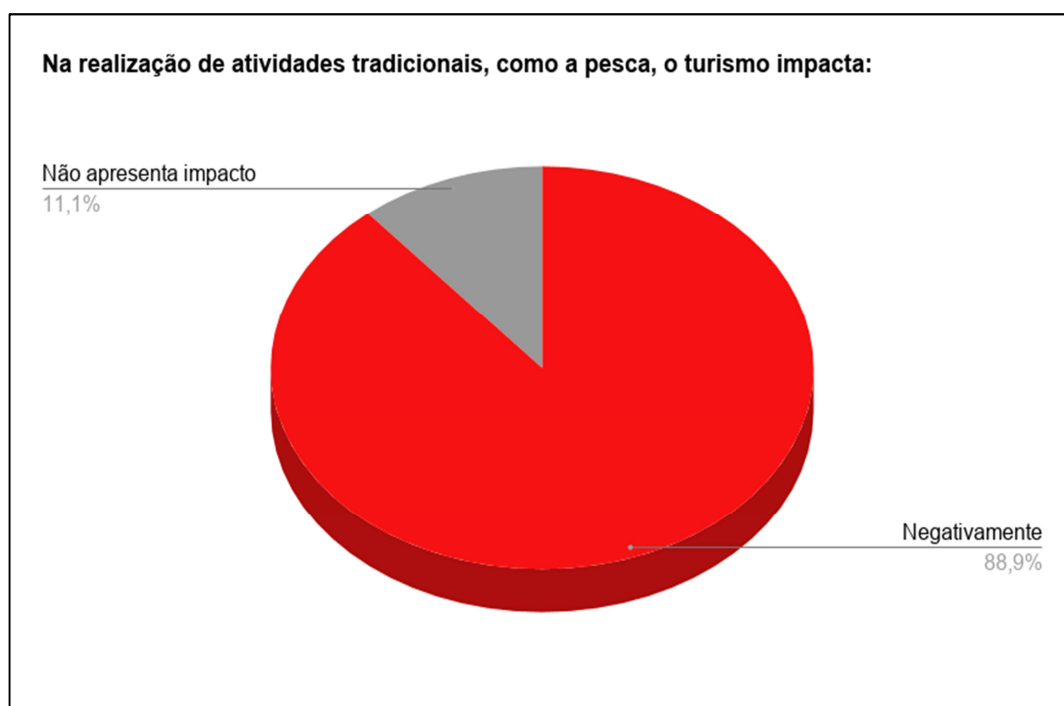
Percebe-se que carece um olhar mais atento da SEDETUR quanto aos atrativos culturais advindos da comunidade local, não só relacionados à eventos, mas sim à um turismo de base comunitária como podemos observar na fala da representante da iniciativa privada.

No questionamento ao presidente da Associação de Pescadores sobre a existência de alguma iniciativa advinda do Poder Público ou de algum outro meio para o incentivo à pesca artesanal, conseqüentemente na valorização da cultura local, foi respondido que não existe nenhuma iniciativa que fomente a atividade na região. Além disso, ele demonstra insatisfação quando fala sobre a migração dos pescadores à atividades relacionadas exclusivamente ao turismo:

“(...) muitos dias eu quero sair pra ir pro mar e não tem pescador. Então é lamentável o que tá acontecendo, o turismo desenfreado. A pesca, ela tá muito ruim na nossa comunidade e o turismo desenfreado aí tá dando oportunidade boa pra eles trabalhar nas danceterias, trabalhar nos bar, então tá tirando os pescadores da sua atividade”.

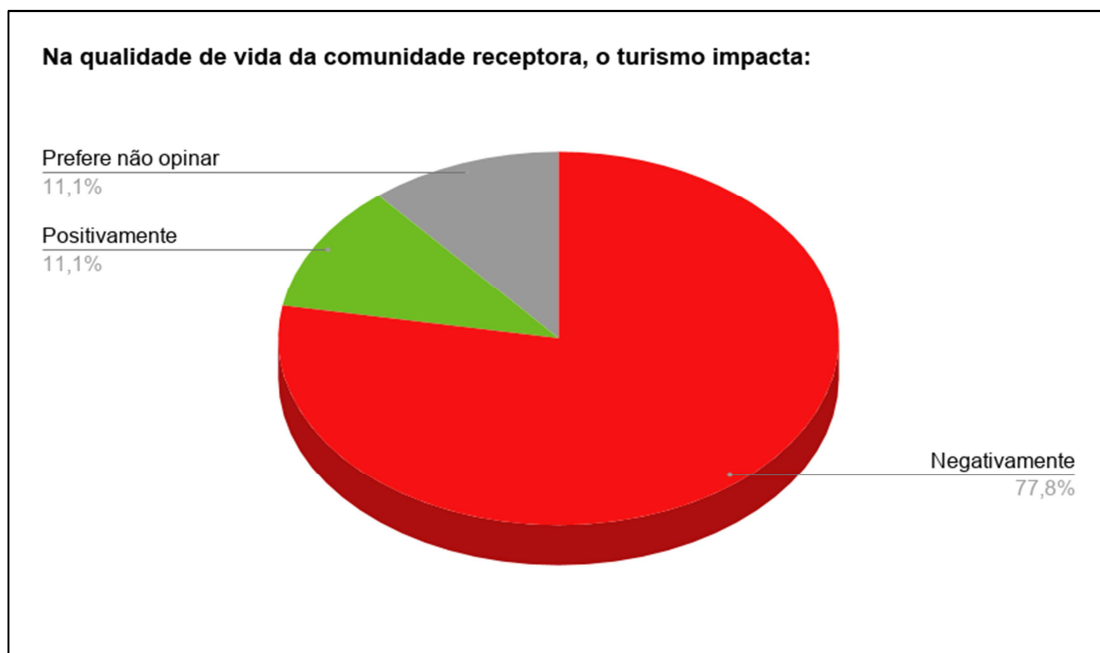
Nas questões socioculturais aplicadas aos membros do CCI, quando questionados sobre o impacto gerado pelo turismo no que corresponde a organização de eventos 55,6% afirma que há impacto positivo, 33,3% percebe um

impacto negativo e 11,1% prefere não opinar. Nas alternativas de lazer, os impactos são percebidos como positivos por 50% dos entrevistados, 25% observa como impacto negativo, 12,5% acredita não haver impacto e 12,5% prefere não opinar. Assim como a Associação de Pescadores, os membros do CCI também percebem impactos negativos gerados pelo turismo em atividades tradicionais:



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Na conservação do patrimônio artístico cultural 11,1% percebe um impacto positivo gerado pelo turismo, 33,3% acredita que o turismo impacta negativamente, 44,4% não observa nenhum impacto, e 11,1% prefere não opinar. Quanto à valorização do artesanato 88,9% dos entrevistados acreditam que o turismo impacta positivamente e apenas 11,1% afirma não observar impacto.



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Quando questionados sobre a infraestrutura, 77,8% percebe um impacto negativo gerado pelo turismo, 11,1% acredita impactar positivamente e 11,1% diz não oferecer impacto. Nos serviços de saúde, 55,6% observa um impacto negativo gerado pelo turismo, já 44,4% acredita que o turismo não gera impacto no setor. Quanto à mobilidade urbana, violência e criminalidade a percepção é unânime, segundo as respostas obtidas, a percepção dos membros do CCI é de que o turismo impacta negativamente.

7.1.3 Percepções sobre os impactos socioeconômicos

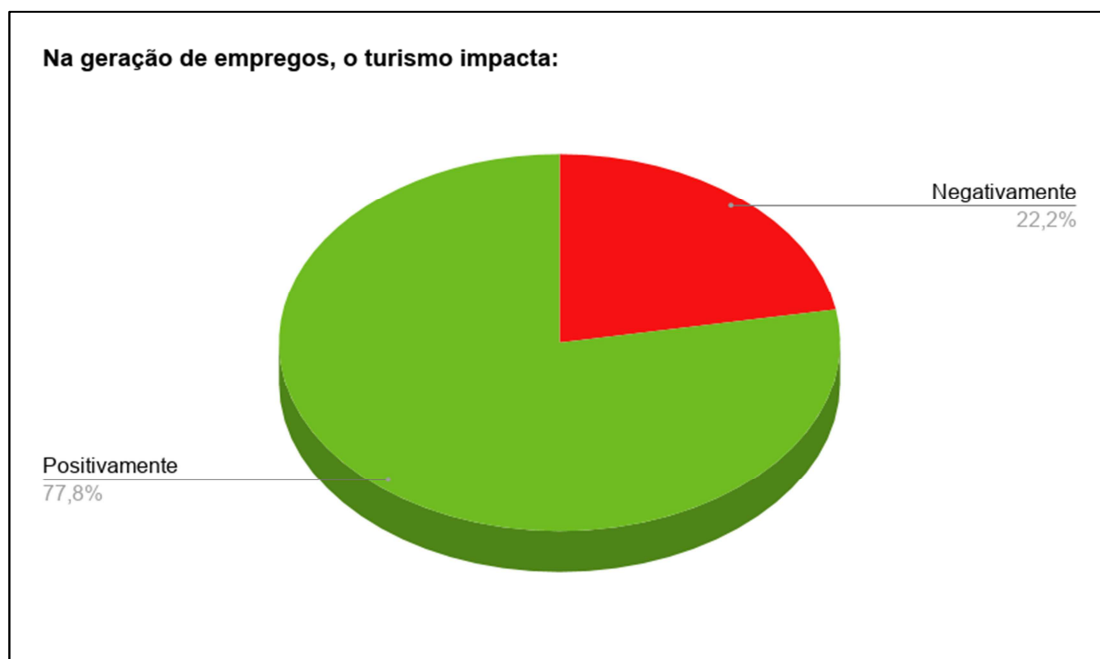
A SEDETUR percebe como impacto positivo gerado pelo turismo, o desenvolvimento econômico que, na visão da entrevistada, vem auxiliando na geração de renda da comunidade local.

A ACIM também discorre sobre a relevância econômica da atividade turística na comunidade local:

“A gente vive do turismo, o turismo é essencial para movimentar a economia na Praia do Rosa.”

A Associação de Guias e Condutores Ambientais também percebe um impacto positivo do turismo na movimentação econômica local.

Os membros do CCI quando questionados sobre os impactos socioeconômicos apresentaram que:



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Sobre empregos relacionados à área ambiental 55,6% percebem impactos positivos gerados pelo turismo, 11,1% negativos e 33,3% acredita que o turismo não oferece impacto. A geração de renda através de aluguéis é impactada positivamente pelo turismo segundo 88,9% dos entrevistados e somente 11,1% percebe como impacto negativo do turismo. Na questão sobre especulação imobiliária 77,8% dos entrevistados optaram por marcar a opção correspondente ao impacto negativo, o restante marcou como sendo um impacto positivo gerado pelo turismo. Pode-se observar uma similaridade quanto à percepção da SEDETUR, da ACIM, da Associação de Guias e Condutores Ambientais e dos membros do CCI quanto os impactos positivos gerados pelo turismo no setor econômico.

7.2 Percepções sobre o desenvolvimento turístico

Quando indagados sobre sua avaliação do desenvolvimento turístico atual na Praia do Rosa os entrevistados deram ênfase a pontos distintos. A SEDETUR destacou que na sua visão a Praia do Rosa cumpre o papel de divulgar o nome do município, trazendo benefícios econômicos para a região, além disso, salienta que percebe a ajuda de empresários locais para o desenvolvimento turístico.

O Núcleo de Turismo ACIM reforça novamente que na sua percepção existe uma necessidade de melhorias na fiscalização das leis. Acrescenta ainda, que na sua avaliação o turismo é positivo quando planejado adequadamente, mas salienta que para isso o turista deve ser educado quanto às regras do destino.

“Nós vivemos do turismo, é positivo que o turista venha e que os pousadeiros e os estabelecimentos comerciais, tenham essa consciência de educar o turista, de mostrar que aqui não é um destino de festa, é um destino de natureza, não é um destino de gandaia na rua”.

Na percepção dos Guias e Condutores ambientais, o desenvolvimento turístico atualmente não está ocorrendo da maneira mais adequada. Segundo a visão do presidente da Associação é preciso pensar em um novo modelo de turismo, a fim de alterar o perfil do turista que a região recebe. O mesmo acredita ainda, que essa mudança norteará de maneira mais clara tanto os investimentos públicos, no que se refere à infraestrutura, quanto a organização do *trade* turístico para receber o turista. Justifica seu pensamento expondo que:

“(…) não é só uma questão de beleza cênica, do nosso visual, da estética que atrai o turista, mas é pra quem fica aqui também. Esse tipo de modelo de turismo hoje não é o melhor, porque a médio prazo, daqui a cinco, dez anos, isso impacta não só a não vinda mais do turista, o turista que vem pra nossa região atrás de atrativos naturais, mas também de quem vive aqui, que vai ter o seus recursos naturais já desgastados, saturados”.

Na visão dos pescadores o desenvolvimento do turismo na Praia do Rosa vem ocorrendo de maneira negativa. As casas noturnas existentes no local contribuem, segundo o Presidente da Associação, para a existência de um turismo em massa. O entrevistado diz que o turismo vem ocorrendo num modelo predatório e que grande parte dos turistas não veem o meio natural como o atrativo principal:

“(…) esse turismo em massa que tá aí, o turismo predador que vem só pra usar a balada, não vão nem na praia, muitos não vem, só vem final de semana pra usar as baladas, tocar o terror e ir embora”.

Quando indagados sobre a existência de diálogo entre prefeitura e comunidade receptora em prol do planejamento turístico, a SEDETUR afirma que na sua visão existem grupos representativos presentes na Praia do Rosa que tomam a frente nesses diálogos a fim de organizar a atividade preservando o meio ambiente. A ACIM afirma que, na sua percepção, há diálogo com a prefeitura, principalmente para requerer um aumento da fiscalização na região. O presidente da Associação de Guias e Condutores também percebe que existe uma relação de diálogo com a prefeitura visando melhorias na oferta turística. A Associação de Pescadores demonstrou insatisfação quanto ao diálogo entre a Associação e o Poder Público.

A última questão das entrevistas com os membros do CCI propôs uma avaliação dos entrevistados quanto ao desenvolvimento da atividade turística no local, como demonstra o gráfico a seguir:



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Apesar dos grupos destacarem pontos distintos, pode-se observar uma similaridade na percepção da ACIM, da Associação de Guias e Condutores

ambientais e da Associação de Pescadores e dos membros do CCI, quanto aos impactos negativos gerados pela atividade, no modelo que ocorre atualmente.

7.3 Percepções sobre as propostas de gerenciamento e ações ambientais

Visando registrar a percepção sobre propostas de gerenciamento e de ações ambientais aplicadas localmente em decorrência do turismo na Praia do Rosa, os entrevistados foram questionados sobre a existência de iniciativas que visem minimizar os impactos negativos e potencializar os positivos causados no ambiente. Na visão da SEDETUR os turistas não causam tantos impactos ao meio quanto as construções irregulares feitas por moradores. Mesmo assim, aponta que existem ações ambientais elaboradas pela prefeitura visando a conscientização ambiental do turista. É importante destacar que nesta fala, observa-se uma similaridade quanto a percepção da Associação dos Guias e Condutores Ambientais e também do Núcleo de Turismo ACIM, quanto aos impactos gerados no meio ambiente pela construção civil.

Visando registrar propostas de gerenciamento do turismo, foi questionado à SEDETUR ainda sobre um estudo de capacidade de carga. A entrevistada apontou que no ano de 2018 foi feita uma estimativa, levando em consideração aspectos como o consumo de água e energia durante 30 dias. Segundo a entrevistada, a estimativa concluiu que no período de 26 de dezembro e 10 de janeiro Imbituba quase dobrou sua população, que conforme o último censo do IBGE de 2010 é de 40.170 pessoas. Com isso, observa-se a confirmação, por meio de fontes oficiais, quanto a sazonalidade do turismo na região em que a Praia do Rosa está inserida. Contudo, a entrevistada esclarece que a pesquisa foi feita exclusivamente para adquirir um embasamento sobre a possibilidade da implementação de uma Taxa de Preservação Ambiental e que atualmente não existe um controle preciso e contínuo do fluxo de pessoas que visitam a região. Esta visão pode ser observada como uma proposta de gerenciamento. Entretanto, a entrevistada pontua que a “pasta de Meio Ambiente” ainda está avaliando os requisitos necessários para decidir se há possibilidade ou não da implementação da Taxa de Proteção Ambiental na região. Finaliza a entrevista expondo sua percepção sobre o assunto:

“Eu acho que é o caminho, não tem outra forma da gente preservar a questão sustentável daquele ambiente, é realmente com a taxa”.

Na perspectiva da ACIM existem projetos de educação ambiental, limpeza das praias, além da coleta de resíduos e divulgações sobre conscientização ambiental publicadas nas mídias sociais da Praia do Rosa, assim como campanhas elaboradas por ONG's locais.

Pelo presidente da Associação de Guias e Condutores Ambientais foi exposto que embora atualmente não exista nenhum projeto elaborado pela Associação, que seja especificamente voltado à educação ambiental dos turistas, existe um diálogo com o IFSC (Instituto Federal de Santa Catarina), com o intuito de elaborar em conjunto um manual de boas práticas que será entregue ao turista. Entretanto, é importante destacar que na sua visão, a própria atividade executada por guias e condutores pode ser considerada uma ferramenta da educação ambiental:

“A própria ação, tanto do guia, quanto do condutor, ela já é uma ação de educação ambiental, então a nossa atuação no território já vem nesse sentido de uma estratégia de como melhorar a qualidade do turismo aqui”.

Sabendo que a atuação dos guias e condutores ambientais contribui para minimização de impactos negativos em meio natural decorrentes da atividade humana, cabe lembrar que é a Prefeitura Municipal por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo que credencia os condutores ambientais locais para atuarem nas trilhas ecológicas do município e conseqüentemente na região da Praia do Rosa. Essa credencial no formato de carteirinha é disponibilizada aos condutores após a certificação em curso específico de 260 horas ofertado pelo IFSC Campus Garopaba.

Percebe-se que quando se fala em propostas de gerenciamento e ações ambientais a parcela entrevistada da comunidade receptora da Praia do Rosa observa projetos, tanto da iniciativa pública quanto da privada que podem auxiliar no planejamento turístico sustentável.

8 CONCLUSÃO

A partir desta pesquisa foi possível levantar a percepção de representantes da comunidade receptora da Praia do Rosa sobre os impactos socioambientais do

turismo na região. No decorrer deste estudo observou-se que parte dos entrevistados percebe impactos positivos gerados pelo turismo no desenvolvimento econômico, na geração de empregos, na geração de renda através de aluguéis, na organização de eventos, nas alternativas de lazer, na valorização do artesanato, no crescimento do município, na visibilidade que a Praia do Rosa traz para a região e na criação de programas de educação ambiental. Deve-se destacar que os entrevistados, em sua maioria, percebem a relevância da atividade para a geração de renda local.

Na percepção dos entrevistados, pôde-se identificar impactos negativos gerados pelo turismo na proteção e conservação da natureza e da vegetação nativa, na conscientização ambiental da comunidade local, na geração de resíduos sólidos, na descaracterização da paisagem, na especulação imobiliária, na realização de atividades tradicionais como a pesca, na qualidade de vida da comunidade receptora, na infraestrutura, na mobilidade urbana, na violência e criminalidade, nos serviços de saúde e no saneamento básico. A SEDETUR e a Associação de Guias e Condutores Ambientais concordam sobre os impactos negativos gerados pela construção civil, evidenciando principalmente as construções irregulares. Quanto à conservação do patrimônio artístico-cultural, a maioria dos entrevistados percebe que o turismo não oferece impacto.

No que diz respeito à delimitação territorial da região correspondente a Praia do Rosa, surgiu como resultado da pesquisa, a percepção da presidente do Conselho Comunitário quanto à necessidade de considerar somente a faixa de areia. Observou-se que os empreendimentos próximos ao local utilizam o nome apenas como estratégia de *marketing*. Com isso, foi possível identificar o valor que a baía representa também ao bairro Ibiraquera do qual faz parte.

Analisando as percepções sobre propostas de gerenciamento e ações ambientais aplicadas na Praia do Rosa pôde-se observar que, na percepção da SEDETUR, existem ações ambientais executadas atualmente, apesar de não apresentar claramente quais são. A representante da ACIM observa estratégias elaboradas pela iniciativa privada que visam conscientizar o turista referente às questões ambientais e principalmente quanto aos locais adequados para o descarte de resíduos. No entanto, é importante destacar a visão da Associação de Pescadores que demonstra insatisfação quanto ao modelo de turismo atual. Nessa perspectiva, pode-se entender que na percepção dessa Associação, as propostas

de gerenciamento e ações ambientais aplicadas atualmente não estão sendo eficazes para mitigar as interferências negativas geradas pelo fluxo de pessoas principalmente na vida noturna da Praia do Rosa.

Apesar dos diversos apontamentos quanto aos impactos negativos gerados pelo turismo na área que se entende como Praia do Rosa, a comunidade receptora evidenciou a relevância da atividade turística para a economia local. Contudo, pode-se observar a visão dos entrevistados quanto à necessidade de melhorias no planejamento para que o turismo ocorra de maneira sustentável.

É importante destacar que no decorrer das entrevistas aplicadas aos membros do CCI, observou-se uma carência dos mesmos em expor suas percepções sobre o tema da pesquisa. Entretanto, buscando manter a delimitação prévia do estudo, optou-se por não modificar a metodologia aplicada as entrevistas. Posto isso, propõe-se a elaboração de novos estudos relacionados ao tema desta pesquisa, a fim de registrar de maneira mais aprofundada a percepção de cada membro do Conselho, visando levantar mais informações que auxiliem no planejamento da atividade turística na região. Além disso, sugere-se um trabalho unindo Poder Público, iniciativa privada e comunidade local, visando à integração da comunidade receptora no planejamento turístico da Praia do Rosa, para que se efetive a identificação de quais impactos do turismo devem ser mitigados ou maximizados no local.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE IMBITUBA. **Núcleo Praia do Rosa**. Disponível em: <https://www.acimimituba.org/praiadorosa>. Acesso em: 18 out. 2019.

AZEVEDO, Luanny Emidio *et al.* *Stand up paddle* e consciência ambiental. **Revista Carioca de Educação Física**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, jan. 2017. Disponível em: <https://revistacarioca.com.br/revistacarioca/article/view/45/43>. Acesso em: 27 ago. 2019.

AZEVEDO, Áurea Siqueira de Castro. A educação ambiental no turismo como ferramenta para a conservação ambiental. **Revista AOS - Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, Brasil, v. 3, n. 1, p.77-86, jan. 2014. Semestral. Disponível em: <http://revistas.unama.br/index.php/aos/article/view/81/pdf>. Acesso em: 9 out. 2017.

BALDISSERA, Luana Maria; BAHL, Miguel. Turistas e moradores locais: Uma reflexão teórica dessa relação. *In*: SEMINTUR, 7. 2012, Caxias do Sul. **Anais do VII**

Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL. Universidade Federal do Paraná - UFPR. 2012. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_7/arquivos/09/01_26_16_Baldissera_Bahl.pdf. Acesso em 25 ago.2019.

BARBOSA, Gisele Silva. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável. **Revista Visões**, Macaé, v. 1, n. 4, jan 2008. Disponível em: http://www.fsma.edu.br/visoes/ed04/4ed_O_Desafio_Do_Developolvimento_Sustentavel_Gisele.pdf Acesso em 25 ago. 2019.

BARBOSA, Luiz Gustavo M. **Os impactos econômicos do turismo e sua implicação nas políticas públicas: o caso do município de Macaé-RJ, Brasil.** 2002. Disponível em: <https://docplayer.com.br/16378558-Os-impactos-economicos-do-turismo-e-sua-implicacao-nas-politicas-publicas-o-caso-do-municipio-de-macaer-rj-brasil.html> Acesso em: 14 jun. 2019.

BASTOS, Adriano Lucchesi Pires *et al.* **Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo.** Barueri: Manole, 2010. 1027 p.

BRASIL. **Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006.** Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11428.htm. Acesso em: 14 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto federal s/nº em 14 de setembro de 2000.** Brasília, DF. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/2000/decreto-91-14-setembro-2000-373393-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 08 out. 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 Global.** Disponível em: <https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global.html>. Acesso em: 04 out. 2019.

EUA. WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Sustainable Development of Tourism.** Disponível em: <http://sdt.unwto.org/content/about-us-5>. Acesso em: 20 set. 2019.

FEIL, Alexandre André; SCHREIBER, Dusan. **Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados.** Cadernos Ebape.br, [s.l.], v. 15, n. 3, p.667-681, jul. 2017. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512017000300667 Acesso em: 12 jun. 2019

FECOMÉRCIO (Santa Catarina). **Pesquisa FECOMÉRCIO - SC Turismo de verão no litoral catarinense 2019.** Disponível em: <http://www.fecomercio->

sc.com.br/pesquisas/pesquisa-fecomercio-sc-turismo-de-verao-no-litoral-catarinense-2019-2/ Acesso em: 13 jun. 2019

FERREIRA, Sidney Geraldo. **Os impactos do turismo nas pequenas cidades: um estudo em Itapecerica - Minas Gerais**. 92 f. Tese (Doutorado) - Curso de Mestrado em Administração área de Concentração em “Gestão Social e Meio Ambiente e Desenvolvimento”, UFLA, Lavras, 2005. Disponível em: http://repositorio.ufla.br/jspui/bitstream/1/2611/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_Os%20impactos%20do%20turismo%20nas%20pequenas%20cidades.pdf. Acesso em: 22 set. 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2019.

GONÇALVES, Arthur Ferreira. **Problemática socioambiental de Ibiraquera (Imbituba – SC)**. 2018. 87 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED, Florianópolis, 2018.

HANAI, Frederico Yuri. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, São Carlos**, v. 8, n. 1, p.434-43434, jan. 2012. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/589>. Acesso em: 25 ago. 2019.

BRASIL. IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (Org.). **População de Imbituba - SC**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/imbituba/panorama>. Acesso em: 29 nov. 2019.

IMBITUBA. SANTUR SANTA CATARINA TURISMO S/A. **ENCANTOS DO SUL - IMBITUBA**. Disponível em: <http://turismo.sc.gov.br/cidade/imbituba/>. Acesso em: 20 out. 2019.

IMBITUBA, Município de. **Desenvolvimento Econômico e Turístico**. Disponível em: <https://www.imbituba.sc.gov.br/estruturaorganizacional/hotsite/index/codHotsite/3286>. Acesso em: 18 out. 2019.

ICMBio. **Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/apabaleiafranca/>. Acesso em: 14 jun. 2019.

KEMP, Sônia Regina Alves; SILVA, Odair Vieira da. A evolução histórica do turismo: da antiguidade clássica a revolução industrial – século XVIII. **Revista Científica Eletrônica de Turismo – Issn: 1806-9169**, São Paulo, V. 9. jun. 2008. Semestral. Editora FAEF. Disponível em:

http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/ICDQdUIoe9pbXyB_2013-5-22-15-51-11.pdf. Acesso em: 17 ago. 2019.

OLIVEIRA, Elton Silva. **Impactos socioambientais e econômicos do turismo e suas repercussões no desenvolvimento local: o caso de Itacaré – Bahia. 2008.** 153 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Cultura e Turismo, Universidade Federal da Bahia – Ufba, Bahia, 2008. Disponível em: http://www.uesc.br/cursos/pos_graduacao/mestrado/turismo/dissertacao/mono_elton_silva.pdf. Acesso em: 18 jun. 2019.

OLIVEIRA, Murilo de Alencar Souza; ROSSETTO, Adriana Marques. Políticas Públicas para o turismo sustentável no Brasil: evolução e Perspectivas de crescimento Para o setor. **Revista Turismo - Visão e Ação**, Itajaí, v. 15, n. 3, p.5454-3434, 2013. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br//seer/index.php/rtva/article/view/5112>. Acesso em: 25 ago. 2019.

PEREIRA, Vania Filippi Goulart Carvalho. Impactos ambientais do turismo: um estudo sobre a percepção de moradores e turistas no Município de Paraty-RJ. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental - REGET**, Vassouras, Brasil, v. 18, n.3, p.1170-1178, set. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reget/article/view/13864/0>. Acesso em: 24 ago. 2019.

SEBRAE. **Cadeia produtiva do turismo: cenários econômicos e estudos setoriais.** 2008. Disponível em: <http://189.39.124.147:8030/downloads/Turismo.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2019.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Turismo como fenômeno humano: princípios para pensar a ecossocioeconomia do turismo e sua prática sob a denominação turismo comunitário.** 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/62595-Texto%20do%20artigo-81761-1-10-20131003.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019

SANCHO, Amparo. **Introdução ao Turismo.** São Paulo: Roca, 2001. 371 p. Tradução Dolores Martin Rodriguez Corner.

TADINI, Rodrigo Fonseca; MELQUIADES, Tania. **Fundamentos do Turismo. Rio de Janeiro: Tereza Queiroz,** 2010. 304 p. Disponível em: <https://canalcederj.cecierj.edu.br/012016/5834ca099d14e0f180e0f7c7bbac715c.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019.

WORLD Bays. **Praia do Rosa Bay.** 2018. Disponível em: <https://world-bays.com/>. Acesso em: 3 jun. 2019.

ANEXO A

Regras de submissão da Revista Brasileira e Pesquisa em Turismo (RBTUR)

1. Características do artigo

A Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo (RBTUR) publica artigos que tenham:

- I. Tema diretamente relacionado ao turismo.
- II. Tema relevante para o conhecimento teórico do turismo.
- III. Tema ou abordagem inovadora em relação à literatura existente.
- IV. Método de pesquisa.

Além disso, os artigos publicados na RBTUR devem obrigatoriamente satisfazer os seguintes requisitos:

- I. Não ter sido publicado na íntegra em qualquer outro veículo (exceto publicação como trabalho acadêmico - ex.: dissertação ou tese – ou relatório de pesquisa)
- II. Não estar em processo de avaliação para publicação em qualquer outro veículo
- III. Ser redigido em português, inglês ou espanhol
- IV. Ter no máximo de 10 mil palavras (incluindo resumos, referências e todos demais elementos textuais)

2. Autoria

A lista de autores do artigo deve incluir apenas os nomes daqueles que contribuíram significativamente na discussão dos resultados da pesquisa e ao menos em mais uma das seguintes atividades: concepção da pesquisa, revisão da literatura, coleta de dados ou análise de dados.

Um artigo tipicamente têm até 3 autores. Artigos com 4 autores ou mais serão aceitos apenas se a pesquisa relatada for especialmente grande, trabalhosa ou complexa. Neste caso, os autores deverão enviar uma justificativa escrita juntamente com o artigo (como documento suplementar).

A RBTUR não publica mais de um artigo de um mesmo autor por ano.

3. Preparação do artigo

O arquivo principal do artigo deve ser enviado em formato Word (.doc/.docx) ou Writer (.odt) com tamanho máximo de até 5 Mb.

Devem ser tomadas todas as providências possíveis para assegurar a não identificação do(s) autor(es) durante o processo de avaliação:

- I. Não inserir o nome dos autores no manuscrito.
- II. Não utilizar linguagem que revele a autoria por meio de citações (ex.: “Outro estudo similar já foi publicado pelo mesmo autor (SILVA, 1999)”).
- III. Não mencionar financiamentos, auxílios, colaborações ou agradecimentos. Em caso de aceitação para publicação, estes itens deverão ser inseridos na versão final.
- IV. Não deixar registro da identidade dos autores nas propriedades do arquivo.

Os artigos devem obrigatoriamente conter os seguintes elementos:

- I. Título: apresentado em português, inglês e espanhol. Títulos objetivos são desejáveis.
- II. Resumo: em português, inglês e espanhol. Deve conter, no máximo, 200 palavras e obrigatoriamente incluir ao menos os seguintes itens:
 - i. Objetivo da pesquisa
 - ii. Método/técnicas de pesquisa
 - iii. Principais resultados
- III. Palavras-chave: lista de 3 a 5 termos em português, inglês e espanhol. Deve-se preferencialmente utilizar termos do Tesouro Brasileiro de Turismo (<http://www2.eca.usp.br/tesauroturismo/>).
- IV. Referências: lista completa e exclusiva das obras citadas ao longo do texto

4. Documentos suplementares

Para artigos sobre pesquisas que incluem levantamento de dados, sejam quantitativos ou qualitativos, os instrumentos de coleta utilizados devem ser anexados à submissão como documentos suplementares. Os dados analisados podem eventualmente ser requisitados pelos avaliadores para verificação.

5. Formatação

A RBTUR adota uma política de exigência mínima de formatação para a submissão de artigos. Não há padrão de formatação para fontes, parágrafos e páginas. Apenas algumas normas de formatação devem ser obrigatoriamente observadas:

- I. Citações longas, com mais de 3 linhas, devem aparecer em parágrafos exclusivos com recuo de 4 cm da margem esquerda.
 - II. Os títulos das seções do manuscrito devem ser numerados sequencialmente.
 - III. Tabelas, quadros e figuras devem ser numeradas, receber título próprio e ser mencionadas no texto.
 - IV. Tabelas, quadros e fórmulas devem ser apresentados em formato editável.
 - V. Gráficos e diagramas devem ser preferencialmente elaborados em fundo branco e utilizar fonte Calibri, normal, tamanho 10, preta.
 - VI. Todas as imagens devem ser apresentadas em definição suficiente para perfeita visualização com zoom de 100%.
 - VII. Textos presentes em imagens devem ser legíveis com zoom de 100%.
 - VIII. Notas de rodapé devem ser utilizadas apenas se forem imprescindíveis.
- Caso o autor faça questão de seguir uma norma específica de formatação, sugere-se a norma da American Psychological Association (APA). Note-se que para a formatação o uso dessa norma é apenas uma sugestão, enquanto para as citações e referências ela é obrigatória, conforme apresentado a seguir.

6. Citações e referências

As citações ao longo do texto e a lista de referências das obras citadas constante ao final do texto devem seguir a 6ª edição das normas da American Psychological Association (APA). Para auxílio na tarefa de formatação das citações e referências, recomenda-se o uso de um software de gestão de referências (ex.: Mendeley e Endnote). Além disso, existem vários manuais de padronização APA disponíveis na internet. Dois manuais recomendados são:

- Online Writing Lab (Purdue University): <http://owl.english.purdue.edu/owl/>
- Diretrizes para confecção de teses e dissertações (USP): <http://dx.doi.org/10.11606/9788573140576>

Expressões em inglês constantes na norma da APA devem ser traduzidas para o português [ex. “Fyall and Leask (2007)” deve ser traduzido para “Fyall e Leask (2007)”].

As citações no corpo do texto devem seguir o sistema autor/ano. Citações diretas devem indicar também o número da(s) página(s). Exemplos:

- Beni (1998) ou (Beni, 1998)

- Fyall e Leask (2007) ou (Fyall & Leask, 2007)
- Ritchie e Crouch (2000, p. 6) ou (Ritchie & Crouch, 2000, p. 6)
- Ballantyne, Packer e Falk (2011) ou (Ballantyne, Packer, & Falk, 2011)
- Gössling, Hall, Ekström, Engeset e Aall (2012) ou (Gössling, Hall, Ekström, Engeset, & Aall, 2012)

Na primeira vez em que aparecer no texto, citações de obras com mais de três autores devem apresentar todos os sobrenomes. Nas citações subsequentes deve ser apresentado apenas o sobrenome do primeiro autor, seguido de et al. Exemplo:

- (Ballantyne et al., 2011)
- (Gössling et al., 2012)

A lista de referências deve ser apresentada no final do texto em ordem alfabética de autor, de acordo com norma APA. Exemplos:

Ballantyne, R., Packer, J., & Falk, J. (2011). Visitors' learning for environmental sustainability: Testing short-and long-term impacts of wildlife tourism experiences using structural equation modelling. *Tourism Management*, 32(6), 1243–1252.

Beni, M. C. (1998). *Análise Estrutural do Turismo*. São Paulo: SENAC.

Fyall, A., & Leask, A. (2007). Destination marketing: Future issues – strategic challenges. *Tourism and Hospitality Research*, 7(1), 50-63

Gössling, S., Hall, C. M., Ekström, F., Engeset, A. B., & Aall, C. (2012). Transition management: a tool for implementing sustainable tourism scenarios? *Journal of Sustainable Tourism*, 20(6), 899–916.

Ritchie, J.R.B., & Crouch, G. (2000). The competitive destination: A sustainability perspective. *Tourism Management*, 21(1), 1-7.

7. Dados abertos

A RBTUR apoia o movimento da ciência aberta, buscando estender essa perspectiva também ao âmbito dos dados utilizados nas pesquisas. Assim sendo, para artigos sobre pesquisas que incluem análise de dados, sejam quantitativos ou qualitativos, os dados deverão ser disponibilizados em um repositório de acesso aberto e permanente.

Essa prática visa dar maior transparência aos trabalhos e ampliar as possibilidades de desdobramentos das pesquisas publicadas por meio do uso dos mesmos dados para a realização de novas análises. A disponibilização aberta de dados pode também contribuir para o aumento das citações do artigo original.

A publicação dos dados deve preferencialmente ser feita no sistema Mendeley Data (<https://data.mendeley.com/>) e deve estar finalizada antes da elaboração da versão final do artigo (em caso de aceitação), de modo que este possa fazer referência aos dados publicados.

Caso os dados não possam ser publicados, como no caso de confidencialidade ou propriedade de terceiros, os autores deverão submeter, como documento suplementar da submissão original, uma declaração indicando o motivo da inviabilidade da publicação.

8. Antes de iniciar o processo de submissão

Todos os autores deverão estar cadastrados no sistema editorial eletrônico como autores da RBTUR.

Deverão estar preenchidos, no mínimo, os campos: nome, instituição e email.

9. Submissão

A submissão do artigo deve ser feita por meio do sistema editorial eletrônico da RBTUR. Ao fazer seu login no sistema, acesse seu perfil de autor e escolha a opção “Iniciar nova submissão”. Siga os passos indicados pelo sistema.

Certifique-se de que todos os autores foram devidamente incluídos no registro do artigo no sistema. Não será aceita a inclusão de autor após a submissão. A ordem de inclusão dos autores no sistema deve ser a mesma que constará no artigo publicado em caso de aprovação.

10. Após a submissão

O acompanhamento do processo editorial pode ser feito por meio do registro do artigo no sistema editorial eletrônico da RBTUR.

O envio de nova versão do artigo com os ajustes solicitados pelos avaliadores deve ser feito no registro já existente, sem a iniciação de uma nova submissão no sistema. O envio deve ser feito na aba ‘Avaliação’, seção ‘Decisão Editorial’, item ‘Transferir Versão do Autor’.

Em caso de aprovação para publicação, os autores serão solicitados a enviar:

I. Versão final do artigo no idioma original, incluindo:

i. Para cada autor: nome completo, breve biografia, ORCID e descrição das contribuições para o trabalho. O registro do autor no ORCID pode ser obtido gratuitamente em <https://orcid.org/>.

ii. Reconhecimentos e agradecimentos pertinentes.

iii. Tabelas, quadros e fórmulas em formato editável.

II. Artigo traduzido para o idioma inglês, caso idioma original do trabalho seja o português ou o espanhol.

Essa versão deverá incluir os mesmos elementos sobre os autores citados no item anterior. A tradução deverá ser feita por pessoa com grande conhecimento do idioma inglês. A versão em inglês de todos os trabalhos passará por um processo de revisão por profissional contratado pela RBTUR. Caso a revisão aponte que a redação em inglês tem qualidade insatisfatória, o trabalho poderá ser rejeitado, mesmo tendo sido previamente aceito para publicação.